



Decisão 01366/2021-3 - 2ª Câmara

Processo: 00303/2019-1

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Pensão

UG: IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo

Relator: João Luiz Cotta Lovatti

Interessado: DENI DOS SANTOS MENENGUCI

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – PENSÃO – DETERMINAR – ARQUIVAR.

Cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão do benefício de pensão, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI:

Tratam os autos de apreciação da **Portaria nº 1756/2018** (fl. 31 do evento 2), que concede o benefício de PENSÃO a DENI DOS SANTOS MENENGUCI, na qualidade de dependentes para fins previdenciários do ex-segurado, JOÃO MENENGUCI QUADRA, com fundamento no Artigo 3º, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar 282/2004, c/c o Artigo 34, Inciso I, c/c Artigo 38, inciso IX, b, “6” da referida lei, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 836/2016.

O Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP manifestou-se em Instrução Técnica Conclusiva nº 1428/2021-1, evento 5, sobre a concessão em tela e constatou que o feito encontra -se regular, sugerindo o registro do referido ato.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 1796/2021-5, evento 8, manifestou-se no mesmo sentido.

É o relatório.

O ex-segurado cessou a sua existência em 12/8/2018, como se comprova por meio da certidão de óbito acostada à folha 5 do evento 2.

A pleiteante comprova nos autos a sua situação de dependência do ex-segurado, por meio da documentação de fl. 7, evento 2, para fins da pensão legada pelo instituidor.

O Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal - NRP aferiu o cálculo do benefício, atestando sua regularidade (fl. 25 do evento 2).

Pelo exposto, encampando as razões acima mencionadas, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público de Contas, Proponho VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de Decisão que submeto à sua consideração.

JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI

Relator

1. DECISÃO TC- 1366/2021-3:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

1.1. REGISTRAR a Portaria nº 1756/2018 (fl. 31 do evento 2), que concede o benefício de pensão a **DENI DOS SANTOS MENENGUCI**, a partir de **12/8/2018**, fixado no montante de **R\$ 9.931,59** (fl. 25 do evento 2).

1.2. DETERMINAR à unidade gestora no sentido de que promova a juntada no processo do(a) interessado(a) de cópia da decisão relativa ao registro desse ato, por parte deste Egrégio Tribunal de Contas.

1.3. ARQUIVAR os autos após o trânsito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da sessão: 07/05/2021 - 21ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

4.2. Conselheiro Substituto: João Luiz Cotta Lovatti (relator).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Luciano Vieira.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente